

Entre Benavila e Sêda, na herdade de *Valbom*, há uma anta. Ao sul da vila há a anta do *Feijoal*.

Em *Cabeço de Vide* há fartura delas.

No Crato, freguesia de Gafete, há um *Val-d'Anta*.

Também me falaram num *Val-d'Ante* entre Pedroso e Alter, mas tendo já desaparecido o megalito.

Em Niza há a *anta de S. Gens*.

*

Não terminarei sem uns apontamentos linguísticos de curioso.

Estadão; é a exposição permanente de peças de cozinha, de estanho ou arame (cobre) que toda a casa, por mais humilde que seja, faz com o mais atraente desvanecimento.

Releixo; é a pedra elevada, a prateleira, que suporta êste mostuário interessantíssimo.

Altibanco; é o canapé.

Milho Gatenho; é o milho de espiga rente ao chão.

Pertchinho; o mesmo que *pertinho*, mas com o *ch* explosivo.

Ouvidas; (subst. fem.) são informações verbais, que correm de boca em boca, de outiva.

Carreteira; estrada de carretas; pronuncia-se *carr'teira*.

Intinha; é a pronúncia de antinha;

Alicerço, a de alicercee.

Setembro de 1912.

F. ALVES PEREIRA,

ex-conservador do Museu Etnológico.

(Esboços e fotografuras do autor; aqueles reproduzidos pelo Sr. Saavedra, desenhador do Museu Etnológico Português).

A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação d'O Arch. Port., XVII, 73)

VIII

Pias e o seu termo no século XVII

A comenda das Pias passou, em 1617, das mãos de Rui Lourenço de Távora para seu filho Álvaro Pires de Távora¹. Dois anos depois era avaliada em 236\$665 réis.

¹ Consultas da Mesa da Consciência e Ordens, livro de 1607 a 1614.

Em 20 de Abril de 1641, succedeu nela Rui Lourenço de Távora, filho de Álvaro Pires, sendo-lhe então concedida por um ano a sua administração, prazo prorrogado em 25 de Agosto de 1643, em 5 de Março de 1645, 25 de Fevereiro de 1648, 27 de Fevereiro de 1654, 14 de Março de 1657, até que, em 4 de Março de 1661, foi dela feita mercê a sua viuva D. Helena de Távora, em sua vida¹.

¿Fariam em tam grande intervalo alguma vez o seu tombamento? Se assim foi, o que é natural, não nos chegam os respectivos tombos sumidos evidentemente no pó dos séculos.

A população do termo das Pias agrupava-se da forma seguinte, por 1689². Na freguesia das Areias havia: Valadas, Monteiraz, Aldeia dos Gagos, Freixial, Casal da Fonte da Figueira, Casal do Paço, Casal da Almoinha, Menechas, S. Jordão, Pinheiro, Casal dos Cumeinais, Rêgo da Murta, Farroeira, Casais, S. Cristóvão, Teneda, Sidral, lugar dos Tremoços, Portela, Barbatos, Matos, Milheiros, Ave Casta, Pereiro, Vila Verde, Porta, Casal da Sobreira, Casal do Mourão, Casal da Serra, Casal do Ventoso, Casal do Bejote, Casal do Tojal e Casal do Picaro. Na freguesia das Pias havia: Alqueidão, Rapozeira, Telheiro de Baixo, Telheiro de Cima, Toco, São Marcos, Ameal, Enfestinhos, Casal do Moinho, Casal da Carvalheira e Casal do Panascal. Na freguesia dos Chãos havia: Chãos, Almogadel, Cadouço, Quebrada, Casal do Mato, Casal de Cumes, Casal das Casas Velhas, Casal do Salete, Casal do Olival, Casal do Carrascal, Ribeira da Larangeira, João Prestes, Casal de Monfragal, Casal dos Marutos, Cabeça, Casal de Santa Iria e Ovelheiras.

Pelo censo mandado organizar em Dezembro de 1639³ e remetido, em 1640, pelo corregedor de Tomar, a população do termo das Pias era computada em 850 visinhos (fogos). Havia nela os seguintes officios com o respectivo rendimento: 1 juiz dos órfãos, 10\$000 réis; 1 escrivão dos órfãos, 30 cruzados; 3 escrivães de notas e do judicial, cada um, 20\$000 réis; 1 escrivão das sizas, 8\$000 réis; 1 contador, 6\$000 réis; 1 alcaide, 2\$000 e 1 porteiro, 2\$600 réis.

¹ *Ordens*: liv. I, fls. 24 e 207; liv. II, fl. 68 v.; liv. III, fls. 13 e 289; liv. IV, fls. 220 e 2; liv. V, fls. 132 e 48.

Nas *Portarias do Reino*, liv. IV, fl. 141 v. tem a data de 1660 a mercê a D. Helena de Távora.

² *Prontuário das terras de Portugal*.

³ *Lista das comarcas do reino*, manuscrito 1:194.

Os dízimos e primícias pagos por essa gente toda foram arrendados por dois anos a António Antunes, por 300,000 réis, em 1667¹. A cobrança desse imposto prestava-se a sofismas, um dos quais levantou acesa contenda entre o convento de Cristo, de Tomar, e uma proprietária das Menechas. Isabel Antunes se chamava ela e era viúva do licenciado Fernão de Álvares Temudo. Como era obrigada a pagar a dízima do vinho, quando foi da colheita de 1615, em vez de mandar pisar as uvas achou mais cómodo e útil mandá-las secar. Seriam umas 50 arrobas. Outrotanto fez em 1616, ano em que recolheu muitas mais. Vendia-as assim à porta e a regatões para as irem vender a Tomar e dizia altivamente cumprir-lhe apenas pagar dízimos e oitavos do vinho e não das passas de uva. O caso foi para os tribunais, sendo a questão avaliada em mil cruzados, que Isabel Antunes, apesar das boas relações de seus filhos P.^o Manuel Álvares e Pantalão Temudo, teve de pagar².

O convento de Cristo não deixava assim os seus direitos ao abandono. ¿Quere-se outra prova?

Em 1648 Martim Correia da Silva mandou fazer um lagar de azeite na ribeira do Monfragal. Pois, a requerimento do D. Prior de Cristo foi a obra embargada, assentando-se que, no termo das Pias, ninguém podia fazer lagares de azeite, sem ter licença e ser freire de Cristo³. Tam longe ia o exagêro desta vigilância que punham embargos a qualquer obra, apenas pelo seu tamanho parecesse poder servir para lagar, continuando somente depois do seu proprietário haver jurado não ser para tal fim!

Como bem se vê eram tudo peias atrazadoras do desenvolvimento agrícola.

De poucos contratos particulares dessa época nos chegam notícias; entretanto apontaremos:

Em 3 de Dezembro de 1605, nas casas de morada do Frei Jerónimo de Serêm (?), coadjutor na igreja de S. Luís das Pias, foi aforada uma serrada à Reimoa, a José do Souto, das Pias. Testemunhas presentes: Pero Duarte, filho de Belchior Preto, escrivão dos órfãos nas Pias; João Simões morador em S. Marcos e Gregório Fernandes, também morador nas Pias (fl. 22)⁴.

¹ Caixa 169, M. 1, doc. 44 da *Colecção Especial*.

² O respectivo acórdão da Casa da Suplicação está no maço x do *Cartório do Convento de Cristo*.

³ Cartório do Convento de Cristo, m. 19, doc. 990.

⁴ *Livro de aforamento de bens em Tomar e Pias e seus termos, pertencentes ao mosteiro de N. S. da Luz*, B 51-27.

Em 12 de Dezembro de 1605, foi emprazada a Valada da Ordem, ao Panascal, a António Dias, das Pias. Testemunhas: Francisco da Estiveira, António Cortês e Sebastião, couteiro, todos moradores nas Pias (fl. 27).

Em 1 de Dezembro de 1605, foi emprezado o olival do Pinheiro a António Símões, das Pias, testemunhas: António Dias e João Castanho, das Pias (fl. 32 v). Em 1 de Dezembro de 1605, foi aforado a João Castanho, casado com Catarina da Mata, uma serrada ao Brejo (fl. 37 v).

Em 1 de Dezembro de 1605, foi aforada a Paulo Jorge uma vinha e olival nas Calçadas.

Em 10 de Abril de 1608, foi aforada uma serrada, onde chamam a Reimoa, a Gaspar Soeiro, das Gontijas.

Em 14 de Julho de 1645, em Lisboa, nas casas de morada de António Castanho, solteiro de mais de 30 anos, na R. da Cordoaria, declarou este ser possuidor duma quinta chamada dos Castanhos, junto da vila das Pias, que contém casas, currais, palheiros, oliveiras, vinhas, terras de pão e árvores de fruta; partia com a ribeira e com a estrada pública. Além disso havia outras propriedades, entre as quais o olival chamado *fonte do Vale*, que partia com o licenciado Manuel Godinho. António Castanho era filho de Maria Rebêlo e sobrinho de Inês Castanho e a sua quinta ficava onde chamam as Calçadas, pretendendo o Castanho vendê-la por 95\$000 réis a António Rodrigues, o Gordo, morador em Lisboa, ao arco de Vasco Fernandes César (fl. 102 v).

Em 1673 tomou posse da Quinta da Guimareira Manuel Gonçalves de Oliveira, procurador de Vasco de Azevedo Coutinho, morador em S. João do Rei. Pertencia-lhe por morte de seu filho, Diogo de Azevedo Coutinho¹.

E por aqui se ficam os nossos conhecimentos acerca da propriedade rústica do termo das Pias durante o séc. XVII.

A administração da justiça não differia da forma como a vimos estabelecida no séc. XVI. Todavia é de assinalar a relutância oferecida para se exercerem os lugares da administração municipal, especialmente de vereadores.

Tam grande que, em 11 de Maio de 1622, foi expedida uma provisão dirigida ao Provedor de Tomar, por as eleições dos officiaes da câmara das Pias se fazerem com subôrno e entendimento. Como a

¹ Consta do documento mais antigo em poder do actual possuidor.

gente mais grada se escusava, na provisão era determinado que, para a governança da terra, era preciso saber-se ler tanto mais *a villa e seu termo ter muitos homens nobres cõ foro em minha casa e alguns fidalguos e outros letrados que podem bem servir*. Em consequência disto fizeram eleição de 2 vereadores em 17 de Julho de 1622, obtendo votos, entre outros: o licenciado Domingos Padrão de Freitas; Belchior Preto, das Pias; António Fialho, das Gontijas; José da Cunha, tabelião das Pias; Diogo da Mata, Pantaleão Temudo e Luís de Torres, do Alqueidão¹.

De poucos juizes ordinários temos noticia. Em 1621, Simão de Sousa e Marcos Garcia; em 1622, Simão Dinis e Jorge Cabral, morador no Casal das Nogueiras; em 1623, António Pereira de Sousa, morador nas Pias e Gaspar Soeiro, morador nas Gontijas.

Seja dito de passagem que, em Fevereiro de 1640, foram as *honras* dos juizes das Pias avaliadas em 6\$000 réis, para cada um pagar 600 réis de meia nata. Mais 2\$000 réis que respectivamente Dornes e Ferreira².

Das vereações municipais apenas conhecemos a de 1622 que, na sua sessão de 22 de Janeiro, resolveu reformar as posturas, elegendo para tal fim doze homens: Domingos Preto, António Simões e Manuel Antunes, das Pias; Manuel Simões, das Telhadas; Marcos Garcia, dos Matos; Domingos Fernandes, do Sidral; Pedro Brás Tasta (?), de Avecasta; Miguel Fernandes, dos Chãos; Álvaro Braz, dos Cumes; Manuel Álvares, de Almogadel; Marcos Lopes, das Pias e Luís Marques, do Alqueidão.

O edificio da câmara, descrito ao tratarmos do séc. XVI, encontrava-se tam danificado, que dentro dêle chovia e nem havia onde acender lume. Não admira por isso que, em Dezembro de 1622, ao anunciar o corregedor de Tomar, Rodrigo da Câmara, vir fazer a correição e, para se agasalhar com os seus officiaes, precisar de aposentadoria *em que não morasse gente*, a câmara reunida delibere destinar para tal fim as casas do licenciado Manuel Godinho, juiz de fora de Leiria, edificadas nas Pias.

¹ *Livro dos acordos da câmara das Pias*. É um livro de registo, existente no pobríssimo arquivo municipal ferreirense, que diz respeito a 1621, 1622 e parte de 1623. Aqui agradecemos ao Ex.^{mo} presidente da câmara municipal em 1910, Sr. Augusto Godinho, o ter-nos autorizado a sua consulta.

² *Lista das comarcas do reino*, manuscrito 1194 da Livraria. Deduz-se de um rol das avaliações e honras dos juizes e vereadores das vilas desta comarca onde entra o corregedor, enviado pelo corregedor de Tomar.

Nessas não havia ninguém e assim deixou de ir para onde costumava¹.

A câmara tinha, claramente o seu escrivão. Simão Pereira era-o, por 1647 e por isso, em 12 de Novembro dêsse ano foi autorizado a renunciá-lo em quem casasse com sua filha Maria Pereira, contanto que servisse dois anos na fronteira, à sua custa².

Em 1655 ainda encontrámos Simão Pereira, como padrinho, nos respectivos assentos paroquiais, mas, em 6 de Dezembro de 1660, já o lugar era dado a Lourenço Monteiro de Abreu, casado com a filha do seu antecessor³. Pouco tempo se chegou a gozar dêle porque, em 1669, dizia adeus ao mundo. Parece que se lhe seguiu Gaspar Pinheiro, autorizado, em 19 de Agosto de 1677, a renunciá-lo, por o não poder exercer *por estar ao serviço de Sua Magestade*⁴. Sabemos ainda que, em 1679, era exercido por Sebastião Colaço Cotrim.

O lugar de juiz dos órfãos passou de Inácio Duarte de Figueiredo para seu filho Miguel de Figueiredo, fidalgo da Casa Rial, no dizer de Manso de Lima (Geneologia dos Curados de Figueiró, no manuscrito *Certã enobrecida*), e depois para seu genro Francisco Curado de Andrade Bugalho, por quem era exercido em 28 de Maio de 1642, sendo autorizado a poder nele nomear filho ou filha⁵. Dessa autorização usou e por isso, em 4 de Junho de 1666, foi dêle feita mercê a José de Almeida e Cunha, casado com Sebastiana de Figueiredo, filha do antecessor⁶.

O lugar do escrivão dos órfãos, exercido no princípio do séc. XVII por Belchior Preto, pertencia, em 16 de Novembro de 1642, a Pedro da Cunha Preto, autorizado a renunciá-lo em quem casasse com uma de suas irmãs⁷. Assim passou o lugar para D. Catarina Nunes da Cunha. Como porém a idade a não ajudasse e não fôsse portanto possível casar, autorizaram-na a renunciá-lo em seu irmão Filipe Mendes, em 20 de Março de 1650⁸.

Foi porém uma renúncia onerosa porque Filipe Mendes era obrigado a dar-lhe uma pensão anual de 30:000 réis. Filipe Mendes ha-

¹ *Livro dos acordos da câmara das Pias*, manuscrito já citado, fl. 106.

² *Ordens*, liv. III, fl. 158 e VI, fl. 307 v.

³ *Id.*, liv. VI, fl. 307 v.

⁴ *Id.*, liv. VI, fls. 366 v. e 386 v.

⁵ *Id.*, liv. I, fl. 165 v. e VII, fl. 93.

⁶ *Id.*, liv. VII, fl. 93 v.

⁷ *Id.*, liv. I, fl. 98 v.

⁸ *Id.*, liv. III, fls. 373 e 380.

via servido, depois da aclamação, na fronteira do Alemtejo, donde veio atravessado por uma bala; em 1642 embarcou na armada que foi correr a costa; em Trás-os-Montes esteve desde 1643 até 1647. O seu alvará de nomeação foi datado de 20 de Março de 1650¹. Vagando por morte de Filipe Mendes, foi, em 16 de Dezembro de 1658, feita mercê dêle a Brás Pereira Furtado, capelão da Casa Rial, para quem casasse com sua irmã D. Leonor Pereira. Por isso foi para êle nomeado, em 15 de Novembro de 1659, Manuel da Mota².

Dos escrivães judiciaes e tabeliães conhecemos os seguintes: em 1654 morreu o escrivão Manuel de Araújo; em 12 de Agosto de 1654 foi feita mercê a Manuel Figueira, moço da câmara, da propriedade do officio de tabelião, vago por falecimento de José da Cunha³; esse lugar passou, por morte de Manuel Figueira, para Belchior Serão Preto, moço da câmara dos quarenta do número⁴ e dêste, em 1 de Abril de 1666, para Francisco de Brito Godinho, criado de Manuel Caldeira de Castro⁵.

Mais tarde chega-nos noticia de outro pretendente a tabelião nas Pias: João de Alcobia. Por causa dêle, em 9 de Junho de 1678, nas vendas do Cabaço, pelo provedor de Tomar, foram inquiridas as testemunhas seguintes:

Domingos Fernandes, morador no Carril, declarou que João de Alcobia, habilitando, morador no Outeiro, termo de Dornes, era filho de João Luís de Alcobia e de sua mulher Maria Mendes; neto paterno de Manuel de Alcobia e de Luísa Gomes e neto materno de Luís Mendes e de Francisca de Basto, todos do termo de Dornes; declarou mais ser êle casado com Maria de Freitas.

Tambem foi inquirido Manuel Ferreira, morador na Ereira; Manuel Lopes, alfaiate do Carril.

O habilitando João de Alcobia pretendia ser encartado no officio de tabelião do público, judicial e notas nas Pias⁶ e por isso aqui o incluímos.

Ao lado destes funcionários civis havia os eclesiásticos. Quais elles fôsem e em que circunstâncias exerciam os lugares respectivos é o que vamos ver.

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 31, fl. 375 v.

² *Ordens*, liv. vi, fls. 140 e 213.

³ *Id.*, liv. iv, fl. 20 v.

⁴ *Id.*, liv. v, fls. 76 e 80.

⁵ *Id.*, liv. vii, fls. 49 e 68 v.

⁶ *Leitura de Bacharéis*, M. 10 J. número 36.

Em 1612 fizeram um *rol das obrigações e salários dos vigários que tem igrejas no termo de Tomar*¹. Apesar das Pias constituir termo à parte é certo que lá se encontra que «o vigário das Pias tem de El-Rei 22:000 réis, três moios de trigo, 2 de cevada, 26 almudes de vinho e 6 alqueires de azeite, com obrigação de dar pregador na quaresma. O dos Chãos 22:000 réis, 2 moios de trigo, 1 de cevada, 1 pipa de vinho e 6 alqueires de azeite com obrigação de dar pregador. O das Areias 20:000 réis, dois moios de trigo, 2 de cevada, 6 alqueires de azeite e uma pipa de vinho, com obrigação de dar pregador». Na igreja das Areias havia um tesoureiro, cujo salário, aumentado em 28 de Novembro de 1601, a requerimento de Manuel da Mota, era o seguinte: 40 alqueires de trigo, 1 pipa de vinho e 20 cruzados, além de 40 alqueires de centeio que já possuía e duas arrobas de cera². Da mesma fortuna não gozou o vigário dos Chãos cujo pedido de acrescentamento foi indeferido em 7 de Outubro de 1626³.

Quanto ao provimento dos lugares sabemos que, em 28 de Janeiro de 1609, a Mesa da Consciência e Ordens entendeu que não podia proceder ao exame dos concorrentes à igreja das Pias, o que competia ao prelado de Tomar⁴.

Da igreja das Areias conhecemos os seguintes párocos: em 13 de Agosto de 1649 foi concedida mercê ao Beneficiado Manuel Rodrigues da Silva Freire, professô da ordem de Cristo, de o apresentar no beneficio de Nossa Senhora das Areias, com 12:000 réis por ano, 38 alqueires de trigo, quanto tinha o seu antecessor fr. Manuel de Oliveira⁵.

Em 1654 era vigário das Areias, Fr. Manuel Belo, beneficiados Fr. Manuel Rodrigues da Silva e Fr. Manuel de Almeida e tesoureiro o P.^o Manuel Marques, cujo ordenado era: 30 alqueires de trigo, 6 alqueires para hóstias, 40 de centeio, 1 pipa de vinho e 2 arrôbas de cera. Em 17 de Junho de 1655 foi feita mercê a fr. Manuel Carvalho Leitão dum beneficio nas Areias com o ordenado do seu antecessor António Cabral⁶. Em 13 de Agosto de 1661 foi feita igual

¹ M. 13 do cartório do convento de Cristo.

² *Consulta da Mesa da Consciência e Ordens*, livro de 1589 a 1603, fl. 129.

³ *Id.*, livro de 1625 a 1630, fl. 45 v.

⁴ *Id.*, livro de 1607 a 1614, fl. 40.

⁵ *Ordens*, liv. III, fl. 142.

⁶ *Id.*, liv. IV, fl. 166.

mercê a fr. Lançarote de Almeida, a quem sucedeu, em 2 de Julho de 1665, Fr. Manuel Monteiro Freire¹.

Também, em 11 de Setembro de 1661, foi concedida mercê idêntica ao P.^o Manuel Garcia Monteiro². Esqueceu dizer que a Fr. Manuel Rodrigues da Silva sucedeu, em 13 de Abril de 1657, fr. Manuel Carvalho e ao licenciado Manuel Carvalho, em 28 de Setembro de 1656, o P.^o Manuel Alves³. Por último diremos que, a 25 de Junho de 1667, foi ainda dado um benefício na igreja das Areias a Manuel Dias de Carvalho, com o ordenado que tinha o seu antecessor Fr. Carlos⁴.

Dos vigários das Pias conhecemos: Fr. Agostinho Fernandes Salazar, falecido, segundo diz o respectivo assento paroquial em 1646. Sucedeu-lhe, ao que parece, Mateus Couceiro, vigário das Pias durante 7 anos, donde passou para Ferreira. Em 20 de Abril de 1655 foi dada a vigararia das Pias a Fr. Bento de Macedo⁵. A este sucedeu Fr. Pedro Vaz Cotrim, vindo de S. Pedro da Beberiqueira⁶, nomeado em 26 de Fevereiro de 1661. Já antes disso porêm, em 1660; começam os assentos das Pias a ser feitos pelo novo vigário. Elevado a ouvidor geral da jurisdição episcopal de Tomar e governador dela por especial comissão do respectivo prelado, o Dr. Luís Álvares de Távora, veio a falecer a 25 de Julho de 1694, jazendo na capela-mor, na sua sepultura, como diz o respectivo assento paroquial.

Dos coadjutores chegamos-nos notícias de: António da Silva Martins, por 1644; fr. António Varela, a quem sucedeu fr. Manuel Mendes em 13 de Fevereiro de 1657⁷.

Dos Chãos sabemos da existência, em 1619, de fr. Manuel de Barros, vigário e do coadjutor fr. Simão Correia, a quem sucedeu, em 1651 fr. Luís Carneiro⁸.

Decerto não foram importantes as modificações recebidas pelas igrejas durante o séc. XVII. A das Areias precisava de ornamentos orçados em 226,540 réis e por isso em carta de 16 de Outubro

¹ *Ordens*, liv. IV, fl. 249, e v, fl. 403 v.

² *Id.*, liv. IV, fl. 255.

³ *Id.*, liv. V, fls. 140 e 142 v.

⁴ *Id.*, liv. VI, fl. 386.

⁵ *Id.*, liv. IV, fl. 138 v.

⁶ *Id.*, liv. IV, fls. 225 e 225 v.

⁷ *Id.*, liv. V, fl. 113 v.

⁸ *Id.*, liv. III, fl. 322 v.

de 1611, a Mesa da Consciência e Ordens consultava no sentido dessa quantia ser paga durante dois anos, mandando-se fazer êsses ornamentos¹. Outrotanto aconteceu à igreja das Pias, cujos ornamentos, orçados em 120\$960 réis, foi determinado, em 16 de Novembro de 1611, que fôsem pagos². A dos Chãos foi mais modesta. Em 1 de Setembro de 1638 mandavam-lhe dar 52\$800 réis para um ornamento verde e uma vestimenta branca³.

Sôbre as capelas existentes na matriz das Pias falará por nós o *Santuário Mariano*⁴, assim como sôbre algumas ermidas, a cujas notícias acrescentaremos outras respigadas aqui e além.

«Tem esta igreja, matriz das Pias que he de tres naves, myttas capellas, em huma e outra nave collateraes. Da parte esquerda, que he a da Epistola, tem tres capellas, todas dedicadas á Virgem Maria, nossa Senhora. Mas antes que entremos a tratar dellas, daremos noticia de outra, que he muito moderna. Esta sagrada imagem, que tem o título e a invocação da Conceição se collocou em a tribuna do altar mor, com esta occasião. He aquella igreja muito antiga, e assim não tinha tribuna, em que se pudesse expôr nella com mais fermosura e decencia o Senhor sacramentado. Para isso resolveram os irmãos da sua irmandade fazer huma nova tribuna, para que nella se expusesse o Senhor nas occasiões occurrentes, que ficou muito airosa e perfeita. Vendô acabada a tribuna huma matrona natural da mesma villa, chamada D. Marianna de Mattos, viuva do Mestre de Campo Bernardino de Sequeira quiz que nelle se collocasse em o seu throno uma imagem da M.^a Sanetissima que tinha no seu oratorio e venerava com grande devoção, com o tit. de sua Conceição Purissima. Para esta collocação dizpoz a mesma D. Mariana de Matos huma grande festa de missa cantada com boa musica e sermão e fez que do seu mesmo oratorio sahisse a imagem da Senhora em procissão para a igreja aonde foi levada em um andor curiosamente concertado e composto por 4 pessoas das mais nobres da mesma villa. Solemnisou-se esta collocação em 18 de Dezembro de 1707. He esta sagrada imagem de escultura de madeyra obrada ao que parece em LX.^a e estofada com toda a perfeição. Está sobre um trono de serafins, com uma meia lua aos pés e na cabeça tem uma perfeita corôa de prata».

¹ *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. de 1607 a 1614, fl. 88.

² *Id.*, fl. 93 v.

³ *Consultas da Mesa da Consciência e Ordens*, liv. de 1636 a 1640, fl. 98.

⁴ Vol. III, p. 487.

Da primitiva da igreja diz ser a imagem da Senhora do Rosario.

Ha tambem a Senhora da Paz, cuja capella mandou fazer o L.^{do} Manuel Godinho, «o qual a vinculou todos os seus bens em morgado», dedicando á Senhora uma missa quotodiana o que é satisfeito por seu neto Manuel Godinho Gonçalves, cavalleiro de Cristo e capitão mór das Pias, que lhe faz todos os annos sua festa.

A capela de N. S. dos Martyres foi fundada pelo capitão Antonio Ferreira, natural das Pias, em 1650 e nomeou por primeiro admnistrador d'ella o tenente João Ferreira Soares. O devoto fundador da capela de N. Snr.^a dos Martyres mandou pintar em um quadro grande a mesma batalha (Tomada de Lisboa aos sarracenos) conjecturando o auctor do *Sanctuario Marianno* que o autor da pintura seja Avelar.

Tambem se faz a festa de N. Senhora da Conceição, mas a sua imagem está no oratorio do sargento-mor Salvador Soares Cotrim. «Esta santa imagem lhe deixou em seu testamento seu tio, o Dr. José Soares de Araujo, avinculada á capella, que instituiu no anno de 1693, da qual é o 1.^o administrador o mesmo Salvador Soares, seu sobrinho. Este dr. José Soares de Araujo falleceu em 1694, como diz o respectivo assento.

A pag. 495 occupa-se da capella de N. Senhora do Destêrro, do Alqueidão das Pias. Diz que no Alqueidão um cavalleiro chamado Rodrigo de Sá e Mendonça tem (em 1711) huma grande e formosa quinta e nella huma bastante ermida que é a cabeça do seu morgado. A ermida foi fundada por Diogo de Sousa e sua mulher Catarina Garez de Oliveira. Como não tiveram filhos entrou na posse da quinta o capitão Lucas de Sá e Mendonça.

A pag. 496 occupa-se ainda da imagem de N. Senhora da Encarnação do lugar dos Cumes, termo da vila das Pias.

A fl. 317 do Liv. 4.^o das *Capellas da Corôa* está o *Tombo e averiguação dos bens, Capella e hospital de Almogadel, termo da villa das Pias de que ao presente he administrador Miguel da Silva.*

Desta capela foi primeiro administrador João Gonçalves o Longo, o instituidor, que fez a instituição com obrigação de cama e gasalhado, esteira e água com casas e hospital. No dia 23 de Dezembro de 1649 foi feita a demarcação dos bens da capela intitulado *Hospital de Almogadel*. Em 30 de Julho de 1649 foi mandada passar carta de administrador da capela a Miguel da Silva e Abreu, vaga por falecimento de Rodrigo de Almeida.

Foi proferida sentença a 10 de Março de 1651 determinando fazer-se o tomo e que Miguel da Silva cumprisse os encargos da capela, mandando reformar o hospital e pôr-lhe sôbre a porta um le-

treiro com o nome do instituidor e encargos, tendo êle sómente a posse em sua vida¹.

Além destas, duma inscrição consta que António Pereira de Sousa instituiu uma capela em 1620 e, com efeito, encontrámos nos assentos de óbitos noticia de que, em 1682, morreu o capitão Manuel Pereira de Sousa e jaz no carneiro da sua capela; em 1690 morreu a sua viúva, Margarida de Almeida, enterrada também na capela então administrada por seu sobrinho P.^o Manuel Pereira de Sousa. Êste faleceu em 1693 e o seu cadáver foi para o carneiro de João Ferreira Soares, por estar ocupado o da sua capela.

Os assentos de óbitos falam-nos ainda em Mateus de Sousa, vigário geral do Maranhão, que instituiu a capela de S. Mateus, por alma do qual fizeram, em 1655, três officios. Em 1656 faleceu o licenciado António de Matos, prior de Águas Belas, sendo enterrado na capela de seu irmão, Manuel de Azevedo. Em 1679 morreu o P.^o Domingos de Tórres, do Alqueidão, deixando uma capela.

Devemos por último referir uma ermida, que havia em 1633, no lugar da Cabeça, da invocação de N. Senhora da Conceição, onde casou Manuel Gomes, que depois veio a ser capitão das ordenanças nos Chãos, com Luísa Ribeiro.

A Inquisição, cujos efeitos já vimos no séc. XVI, continuou por aqui a manifestar-se. Mas, antes de vermos as suas manifestações neste século seja-nos permitido aditar o que escrevemos no capítulo IV sobre o escrivão da câmara, António Monteiro, processado ainda quando havia Inquisição em Tomar, cujo processo supuzemos então perdido, mas que, em 1639, foi remetido para a *Inquisição de Lisboa*, em cujo cartório hoje se encontra com o número 13:034.

Foi em 19 de Maio de 1542 que surgiram as primeiras acusações a António Monteiro.

Martim Dias, porteiro da vila das Pias, de 50 anos, contou, que, eu vista do seu officio acompanhava o réu em muitas diligências e notou, que, ao passar pela igreja paroquial das Areias ou pelas ermidas, não tirava o barrete nem fazia caso; quando ia à missa ficava fora da igreja. Assim procedeu até a publicação da Santa Inquisição nas Pias, no primeiro domingo da quaresma de 1542; ainda depois disso, estando-se duma vez a dizer missa, êle estava fora da igreja, sendo preciso seu genro João Jorge, escrivão dos órfãos, mandar-lhe dizer para ir para junto dos homens *honrados* da localidade. Contou finalmente como a filha do réu, mulher de João Jorge, bradava com

¹ Também se encontra êste registo a fl. 390 do liv. v, das *Capelas da Coroa*.

êle para que fôsse bom cristão, pois até não comia carne de porco e guardava os sábados!

Êste depoimento foi confirmado pelo juiz dos órfãos, Gonçalo Monteiro, cavaleiro da casa de El-Rei.

Em 24 de Maio novo acusador appareceu: o criado do genro, João Jorge. Declarou que a mulher do réu o admôestava e reprendia por não ser bom cristão, queixando-se amargamente de tal facto; contou como o viu efectuar práticas judaicas, rezando por um livro que tinha debaixo do *almadraque* da cama, parecendo-lhe que o tinha queimado apenas veiu a Inquisição; e finalmente que o genro o costumava mimosear com os epítetos de *perro*, *cão* e *juden!*

Passados meses, em 22 de Outubro de 1542, em vista das acusações referidas, António Monteiro encontrava-se a contas com a justiça inquisitorial, representada pelo Dom prior do Convento de Cristo, Fr. António de Lisboa. Interrogado, fazia as seguintes interessantes declarações que tanta luz lançam sobre a sua biografia; ser natural de Trancoso, onde havia nascido, filho de pais judeus, tendo-se convertido à fé cristã, ao mesmo tempo dos outros judeus, quando tinha 7 anos de idade. Nas Pias, para onde viera haveria 5 ou 6 anos, costumava confessar-se a Pero Brás e outras vezes a mestre Pedro, vigário das Pias e, antes de estar nas Pias, residira no Beco, onde casara com Cecília Dias, cristã velha, já viúva doutro cristão velho.

Não nos diz o processo se o réu ficou surpreendido por se saber acusado de ter dito que na lei de Moisés cria e havia de nela morrer; que rezava por um livro às luzernas do sol; não reverenciava as imagens de Nosso Senhor e Nossa Senhora; não ia à igreja antes da publicação dos editais da Inquisição e quando ia não ouvia a missa toda; se na igreja de S. Luís, junto da sua residência, tangiam a levantar a Deus êle continuava os seus trabalhos, etc. O que o processo nos diz porêm é que de pronto pôs o dedo nos seus acusadores: Gonçalo Monteiro¹, Martim Dias e o criado do seu genro, Pedro.

¹ Êste Gonçalo Monteiro, cavaleiro-fidalgo, foi, em 3 de Julho de 1537, nomeado juiz dos órfãos das Pias (*Chancelaria de D. João III*, liv. xxiv, fl. 121 v). Em 19 de Fevereiro de 1538 obteve a nomeação de juiz das sisas das Pias, lugar vago em virtude de renúncia de Belchior Nunes, devendo receber 20 reais por milheiro. (*Chancelaria de D. João III*, liv. XLIV, fl. 162 v.).

O seu filho, Álvaro Monteiro, morador da Casa Rial, foi para a Índia em 1561 e teve, em 16 de Setembro de 1566, mercê de 80 pardãos para ajuda da despesa com a gente que levou numa fusta cujo capitão era. (*Corpo cronológico*, P. III, M. 32, n.º 132, onde o documento está indevidamente pois leram em vez de 1566, 1666!

A inimizade do primeiro vinha do réu lhe ter tirado lugares que elle exercia, pois, além de juiz dos órfãos, tinha sido contador, distribuidor e inquiridor. Ainda no número dos seus inimigos incluiu João Gonçalves, Fernão de Álvares, Diogo Rodrigues e António Godinho.

Não admira por isso que novas testemunhas, tidas por insuspeitas, fôsem chamadas a depor.

Assim, em 11 de Dezembro de 1542, foram interrogados: fr. Fernando Lobeira, freire dos antigos do convento de Cristo, quere dizer dos anteriores à reforma de D. João III, morador nas Pias, o qual confirmou o depoimento de Gonçalo Monteiro; Mestre Pedro, vigário das Pias, que igualmente confirmou as acusações de Gonçalo Monteiro, acrescentando que o réu era usurário e vicioso com mulheres; João Gonçalves, também morador nas Pias, morador junto do réu, nas mesmas casas, o qual declarou nunca lhe ter visto dar graças a Deus depois de comer e que comia ovos na quaresma e aos Domingos se metia na cama para não ir à missa. No dia seguinte foi interrogado João Pires, escudeiro do marquês de Vila Rial, e contou como, vindo com o réu de Lisboa, com medo d'elle o denunciar, ao chegarem a Santarém, alugou o réu duas bestas para ambos e pelo caminho, acompanhando o compassado *chouto* dos machos, confidenciou-lhe que, antes de ir para casa, havia de ir dormir com uma sua amante, moradora na Rebalvia.

Não faltavam pois ao Cristão novo António Monteiro, acusações e bem graves. E por isso, em 4 de Janeiro de 1543, se decidiu a começar com as suas confissões.

Declarou que, depois de convertido à fé católica, casou haverá mais de 20 anos; que, em 1529, foi a Lisboa onde pousou em casa de seu irmão mais novo, Manuel Pinheiro, e, estando na cama se benzeu como fazem os cristãos o que o irmão estranhou, assim como a cunhada e filhas, admirando-se d'elle estar tam *danado*, como estava; aí assistiu a cerimónias judaicas, regressou ao Beco e novamente a Lisboa, onde o prenderam por êrro de officio, demorando dois anos para ser sólto. Depois disso voltou à casa de seu irmão, onde apertaram com elle para seguir a lei de Moisés, e outra vez praticou cerimónias judaicas, aconselhando-o a que, quando estivesse na igreja e levantassem a Deus, dissesse: *pão e vinho vejo, na lei de Moisés creio*.

Doutras vezes incitaram-no a abandonar a mulher e o seu irmão deu-lhe um livro de sete ou oito fôlhas de pergaminho, dum lado e doutro com figuras em redondo, parecendo fantasiada a sua descrição, o qual livro fôra por elle queimado. Confessou pois, que, desde

então, se tinha apartado da fé cristã, fugindo-lhe o irmão para Ferrara e daí para outra cidade donde lhe escrevia para elle para lá ir, oferecendo cem cruzados a um seu sobrinho para o levar na sua companhia.

A 8 de Janeiro de 1543, acrescentou que recebeu uma carta de outro seu sobrinho, aconselhando-o a fugir; que, haverá ano e meio, foi a Lisboa receber a carta do officio de escrivão dos órfãos do seu genro João Jorge e à estalagem viera ter o tal seu sobrinho.

A pouco e pouco foi aditando as suas declarações. Assim, em 15 do mesmo mês, declarou que a essas reuniões religiosas em casa de seu irmão assistiu um cristão novo vindo há dois anos para as Pias com tenda de *marçaria* e pousou em casa de Jorge Castanho. A 16 acrescentou que, haverá quatro anos, estando na Venda do Pereiro, termo das Pias, aí passara um dos tais que estivera judalçando em casa do irmão e ia com mercadorias para a feira de Penela, a quem o réu mandara dar de beber na presença do juiz e almotacés das Pias. Vira-o em Lisboa, quando na Ribeira tinha já embarcado para regressar às Pias e parece-lhe que vivia do trato de panos da Índia e de linho. Em Alenquer ou seu termo, vive um cristão novo, mestre Francisco, que andou muito tempo na Índia, veio de lá muito rico e é igualmente tio dum seu sobrinho, cuja carta António Monteiro mandou às Pias buscar por seu genro para a apresentar.

Entretanto, em 12 de Janeiro de 1543, eram interrogadas: André, natural dos milheiros, contou que António Godinho, filho de Diogo Rodrigues, morador nas Pias, convidou o réu para irem ver Deus e elle replicou: *vamos ver pão e vinho*, sendo possível que António Godinho o não tivesse ouvido. Mais esmagador foi porém o depoimento da sua própria criada: declarou que elle nunca rezava, nem ao começar a comer, nem ao acabar; que um dia convidou para jantar um frade que está em Santo António (*sic*) do Beco e traz hábitos de burel pardo; como tardasse começou António Monteiro jantando e, como o frade ao chegar quisesse benzer a mesa e o pão, o réu safu para a rua, enquanto isso durou e o mesmo fez quando o frade deu graças a Deus no fim do jantar.

Razões de sobejo havia portanto para, em 23 de Janeiro, ser proferido em Santarém um despacho assinado pelo bispo de Angra, lavrado e assinado pelo conhecido inquisidor João de Melo no qual determinavam que o R. fôsse pôsto numa casa com ferros e admoestado para dizer a verdade toda.

Talvez, em vista destas admoestações, em 26 de Fevereiro, acrescentou que, indo em Lisboa com dois homens de Puços, Fernão Do-

mingues e Martim Afonso, para um dos quais pretendia comprar um pedaço de fustão ou de pano da Índia, com eles veio ter um dos assistentes às tais cerimónias judaicas e assim juntos foram a uma tenda na rua dos Fanqueiros, onde compraram o dito pano e fustão. Por último declarou que se tinha confessado e comungado durante uns anos fingidamente.

Como se vê, bem graves eram as faltas cometidas pelo escrivão da câmara, António Monteiro, em face da jurisprudência inquisitorial. Judaizou; ¿que mais era preciso para sofrer os brazidos duma fogueira?

Se fôsse pelo séc. xvii decerto isso lhe teria acontecido. Mas, em 1543, a Inquisição estava nos seus inícios, para mais em Tomar não havia os maus fígados de Coimbra, Évora ou Lisboa e assim pela sua sentença, datada de 4 de Maio de 1543, o réu foi admitido à reconciliação, fazendo primeiro públicamente abjuração de seus erros e culpas e tendo cárcere perpétuo com sambenito!

Dê tal maneira se passava de escrivão da câmara a penitenciado do Santo Officio!

Nos fins do séc. xvi também foi denunciado à Inquisição, como vimos no capítulo IV, o licenciado Gaspar João. Denunciado em 1591 não se fez fé por essa delação. Outro tanto aconteceu em 19 de Dezembro de 1594.

António Pereira de Sousa, nome já encontrado no decurso do nosso trabalho, pessoa de 26 anos de idade e casado com Maria de Vila Lobos, moradores nas Pias, tirou-se dos seus cuidados e veio a Lisboa dizer que, estando com Gaspar João e com Francisco Moniz, escrivão judicial, ouviu-lhe: *Eu, Francisco Moniz, vos creio como o que diz Sam Pedro e Sam Paulo*. Não contente com isso acrescentou que o tosador Manuel Antunes lhe dissera ter ouvido a Gaspar João que o baptismo não era válido sendo feito em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, o que também foi ouvido por António Guerra, escrivão, morador na rua do Escoiral; por Ambrósio Rodrigues, escrivão e Marcos Vaz, cereeiro. Ainda disse que, estando Gaspar João a jogar com Simão da Estiveira as tábolas, blasfemou.

Mas Pereira de Sousa levava o sacco cheio e para o despejar completamente entendeu ser preciso denunciar também Pero de Freitas, escrivão das Pias, porque estando a jogar com elle e com António Guerra disse que nem Deus lhe podia dar remédio¹.

¹ Vide os meus estudos sôbre a *Inquisição no século xvi*, publicados no *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, pag. 430.

Em 5 de Abril de 1694, o prior de Águas Belas, Manuel da Mota e Silva, comunicou à Inquisição de Coimbra que 2 fregueses dêle lhe denunciaram um Luís Nunes, da freguesia de Águas Belas, por dizer que uma sua filha ouvira, haveria 7 ou 8 anos, a uma mulher chamada Mariana Pereira, moradora no Moinho, freguesia das Pias, as palavras seguintes, entrando na igreja e tomando água benta: *Água bebo, e pão como, pela lei de Moysés morro*. Esta mulher é infamada e tida por cristã nova¹. Não consta porém que contra ela houvesse qualquer procedimento inquisitorial.

De representantes da Inquisição do termo das Pias temos notícia de vários: Estêvão de Araújo Freitas, tio e sobrinho, sejam os primeiros de quem falemos. O tio declarou ser morador nas Pias, filho de Marcos Lopes e de Maria de Araújo, neto paterno de Francisco Martins e de Catarina Jorge e materno de Pedro de Freitas e de Isabel de Araújo, irmã de Damião de Araújo, pai de António de Morim, familiar do S.^{to} Of.^o cujo processo de habilitação se não encontra.

Em 20 de Julho de 1650 fez-se a inquirição nas Pias, na presença do vigário, Fr. Mateus Couceiro. Foram interrogados: Miguel Marques, lavrador da Aldeia dos Gagos; Domingos Coelho, 73 anos, homem nobre, morador nas Pias, declarou que Pedro de Freitas, avô dó habilitando, foi tabelião nas Pias; Ant.^o Duarte Ferreira, das Pias, Simão Monteiro, oleiro das Pias; Manuel Duarte, alfaiate das Pias; Matias Lopes Godinho, capitão reformado, morador nas Pias, declarou que Marcos Lopes foi escrivão nas Pias e Fr.^{co} Martins foi sombreireiro, que P.^o de Freitas foi também escrivão nesta vila e que o habilitando sabe ler e escrever muito bem; Luís de Torres, que vive de sua fazenda, morador no Alqueidão das Pias; Domingos Gaspar também morador no mesmo Alqueidão; João da Mata, trabalhador das Pias; Marcos Rodrigues, lavrador nas Pias; Pedro Gaspar, lavrador, morador na quinta de Jácome Raimundo, no termo das Pias; Inácio Fernandes Traça, morador no Telheiro, termo das Pias.

Pretendeu o habilitando casar com Grácia Ferreira, da freguesia de S. Silvestre dos Chãos, filha de António Ferreira e de Maria Mendes, neta paterna de António Fernandes e de Maria Álvares e materna de Lourenço Fernandes e de Grácia Mendes.

Fez-se inquirição nos Chãos a 10 de Setembro de 1659, onde foram interrogados: Ant.^o Fernandes Gasalho, cego; António Gon-

¹ fl. 530 do *Caderno do Promotor da Inquisição de Coimbra*, n.^o 27.

galves, morador nas Ovelheiras, que declarou que António Ferreira era das pessoas principais e serviu de juiz, que António Fernandes era trabalhador e ferreiro; Álvaro João, morador em Almogadel; Manuel Jorge também de Almogadel; Domingos Luís o velho, de Almogadel; Bartolomeu Simões o velho, de Almogadel; Álvaro Anes, de Almogadel; Simão Gonçalves, idem. Êste Estêvão de Araújo Freitas prestou juramento, em 4 de Dezembro de 1651, como familiar¹.

No seu requerimento declara o segundo, quer dizer, o sobrinho, ser cavaleiro professo do hábito de Cristo, morador nas Pias e filho de Domingos Padrão de Freitas, natural das Pias e de Joana Gomes Correia, de Águas Belas; neto paterno de Marcos Lopes e de Maria de Araújo, moradores nas Pias; neto materno de Baltasar Correia, familiar do S.^{to} Of.^o e de Maria Gomes, naturais e moradores em Águas Belas. Foi casado a primeira vez com Maria da Silva, cuja ascendência nos não interessa e da segunda com D. Maria Fróis de Azevedo, filha de António de Amorim de Azevedo, familiar do S.^{to} Of.^o e de Joana Fróis de Andrade, moradores no lugar de Pernes; os avós paternos dela foram Damião de Araújo e Ana de Araújo e Azevedo, moradores na Tôrre, freguesia dos Casais, termo de Tomar; avós maternos dela António Serrão Soares e Brites Fróis de Andrade, moradores em Alcanede. Declarou finalmente no seu requerimento, despachado em 16 de Abril de 1698, que Estêvão de Araújo, irmão de seu pai Domingos Padrão, foi familiar do S.^{to} Of.^o

Em 4 de Agosto de 1698 fez-se nas Pias a inquirição, sendo preguntados; Manuel Ferreira, natural do Alqueidão das Pias, homem que vive de sua fazenda; Luís Mendes, morador nas Pias; Fr.^{co} Rodrigues, lavrador das Valadas; P.^o Lourenço Cardoso, presbítero do hábito de S. Pedro, das Pias; Matias Mendes, oficial de tanoeiro, natural e morador nas Pias; Manuel Mendes Coelho, oficial de sapateiro das Pias².

Os assentos paroquiais das Pias dizem que, em 1685, morreu Maria das Neves Silva, primeira mulher do habilitando, que depois casou com D. Maria Fróis de Azevedo.

Vimos referências ao familiar Baltasar Correia, ao qual já aludimos, ao tratar de Águas Belas. Vejamos-lhe o processo.

Em 30 de Abril de 1658 foi despachado o requerimento em que Baltasar Correia, morador na estrada da Venda da Serra, pedia

¹ *Habilitações do Santo Officio*, M. 1, n.º 15.

² *Id.*, M. 3, n.º 43.

para ser nomeado familiar do Santo Officio. Declarava-se filho de Simão Pires e de sua mulher Luísa Correia, moradores no Vale, termo de Águas Belas; neto paterno de Lucas Pires e de sua mulher Isabel Rodrigues, moradores em S. Marcos, termo das Pias e neto materno de Baltasar Correia e de sua mulher Luísa Brás, moradores no Vale. Declarou-se mais casado com Maria Gomes, filha do capitão Gaspar Martins e de sua mulher Brites Gomes, neta paterna de António Martins e de Francisca Antunes e neta materna de Amador Gomes e de Filipa Martins, moradores nos Infectinhos, termo das Pias. Por último o habilitando declarava-se parente de D. Miguel Pereira, que faleceu bispo eleito do Brazil e alegava que nem em Águas Belas, nem em Ferreira, havia familiar algum.

À inquirição procedeu o vigário das Pias, fr. Bento de Macedo, em 21 de Abril de 1659, na morada do P.^o Manuel de Alcobia, na sua quinta do Almo, freguesia de Águas Belas. Uma das testemunhas declarou que o avô materno do habilitando fôra carpinteiro, mas elle sabia ler e escrever e vivia abastadamente; outra acrescentou que o habilitando fôra mercador e Pedro Fernandes, escrivão da câmara e almotaçaria de Ferreira, confirmou a mecânica do avô materno do habilitando. Ainda foram interrogados: Aleixo Vás, morador nas Pias, vivendo da sua fazenda e sabendo ler e escrever e Custódio do Souto, também sabendo ler e escrever e vivendo da sua fazenda.

À inquirição sôbre Maria Gomes procedeu-se em Abril de 1659. As testemunhas declararam que o seu avô paterno fôra prior de Águas Belas. Entre outros foram: Luís de Tôrres, morador do Alqueidão das Pias, de 78 anos (em 1659), vivendo da sua fazenda e sabendo ler e escrever; Manuel Manso, almocreve do Casalinho, termo de Águas Belas, de 70 anos, sabendo ler e escrever.

Julgado este processo favoravelmente em Julho de 1659, devia ser por esse tempo passada carta de familiar a Baltasar Correia¹.

Tambem foi familiar do Santo Officio António de Carvalho, mercador, morador em Lisboa na Rua Nova, freguesia da Madalena, viúvo sem filhos de Maria Ferraz de Aguiar e casado em segundas núpcias com Luísa Vieira. Era filho de Marcos Rodrigues, natural do Alqueidão, termo das Pias — e por isso aqui o apontamos — e de Maria Fernandês, da Portela, termo da mesma vila. Neto paterno de Brás Rodrigues e de Domingos Fernandes, natural do Alqueidão

¹ *Habilitações do Santo Officio*, M. 2, n.º 51.

e neto materno de Simão Pires e de Maria Fernandes, da Portela. Foi-lhe passada carta em 7 de Dezembro de 1674¹.

Outro que tinha sangue relacionado com as Pias.

Em 1661 pretendeu Brites Batista casar com o familiar do Santo Officio Francisco Rodrigues Quinteiro².

Declarou-se moradora em Lisboa e filha legítima de Manuel Fernandes Soares, natural do arcebispado de Braga e de Beatriz Ferreira, natural das Pias e neta materna de Pedro Gomes e de Jerónima Rodrigues, sua mulher, naturais das Pias.

A inquirição effectuou-se nas Pias a 14 de Setembro de 1661, presidindo a ella o commissário fr. Bento de Macedo, então vigário da igreja de Santa Maria dos Olivais.

Uma das testemunhas foi o capitão Matias Lopes Godinho, morador nas Pias, de 100 anos de idade; outra o P.^o Domingos de Tórres, de 35 anos.

Por meados do séc. XVII a Inquisição moveu um processo crime à cristã nova Brites Henriques³. Nele aparece como denunciante uma pessoa do termo das Pias que, por isso, nos interessa, se bem que a sua memória não fique aureolada de muita simpatia. É uma verdadeira heróina, como se vai ver. Deponha sôbre ella primeiramente o fidalgo Martim Correia da Silva, da casa da Torre da Murta, de 33 anos de idade em 1644, morador em Lisboa, à Rua Suja. Dir-nos há o seu nome Anastácia da Silveira, moradora junto a S. Nicolau — em Lisboa é claro — natural das Arcias, de 50 anos pouco mais ou menos e filha dum médico chamado Francisco Moniz, morador numa quinta perto da quinta da Torre da Murta. A sua profissão era engomadeira e Martim Correia não a supunha digna de crédito. Maria da Costa, natural das Pias e moradora ao Chafariz de Alfama, supunha-a digna de crédito, mas conhecia-a por Luísa Barrosa. Na Inquisição dissera ella chamar-se Anastácia de Carvalho! Como se vê, para uma pessoa só havia três nomes o que faz logo desconfiar. Razão havia porém para isso. Martim Correia, se a conheceu, não o disse, mas outras testemunhas houve mais sôltas de língua. Apurou-se pois que Luísa Barrosa se costumava vestir em trajos de homem, andando com facas e pistolas e se gabava de ter morto um homem com uma pistola. Por isso mudou o nome e fugiu para

¹ *Habilitações do Santo Officio*, M. 16, n.º 531.

² *Id.*, M. 8, n.º 320.

³ *Inquisição de Lisboa*, n.º 2:122.

o Alentejo e depois para Sevilha. Nas horas vagas, além de se portar mal, entregava-se ao baixo mister de alcoviteira.

Chamada a própria criada disse que, na verdade, sua patroa tinha uma pistola e dizia que, na terra, o irmão a ensinara a atirar e, andando o pai e o irmão a brigar com um homem, ela o matara e por isso fugira. É muito resoluta e determinada e tinha a alcunha da *Castelhana*.

Aqui está pois a criatura indigna em que se tornou a filha de pessoa de certa ordem do termo das Pias à qual fizemos referências ao tratar do séc. XVI.

A organização militar do termo das Pias devia ser *mutatis mutandis* como a que descrevemos, no sítio próprio, a propósito de Dornes. Os assentos das Pias, já por várias vezes citados, falam-nos em 1649 no sargento-mor, elevado em 1654 a tenente e em 1658 a mestre de campo Bernardino de Sequeira, casado com D. Mariana de Matos; em 1657 no capitão Luís Gonçalves Godinho; em 1661 no capitão Manuel Pereira; em 1687 no capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves e, no mesmo ano, no sargento-mor Salvador Soares Cotrim. Em 1646 vivia o capitão Luís de Figueiredo.

É certo porêem que só em 27 de Setembro de 1685 a organização militar do termo das Pias adquiriu legalidade pela provisão dessa data¹. Então foi concedida licença aos oficiais da câmara das Pias para fazerem eleição do capitão-mor, visto ter três companhias da ordenança.

Entretanto nas fronteiras havia obscuros filhos das Pias que se batiam. Os assentos de óbitos feitos por informação, falam em 1659, na morte, na fronteira do Alentejo, de Francisco Rodrigues e Luís de Tôres e ainda, em 1669 na dum estrangeiro, *que parecia alemão*, dos prisioneiros da batalha de Montes Claros.

Bastantes tem sido as pessoas ilustres do termo das Pias às quais nos temos referido. Ainda outras apontaremos, salientandó que, para tal efeito, muita falta nos fazem os assentos antigos das Arcias perdidos completamente em virtude dum incêndio, assim como os assentos das Pias, anteriores a 1644, que se não encontram.

Em 1621 sabemos da existência das seguintes pessoas gradas²: Pedro da Cunha Preto, Simão de Sousa, Diogo de Sousa e Marcos Lopes.

¹ *Conselho de Guerra*, liv. 40, fl. 71 v.

² *Livro dos acordos da câmara das Pias*, já citado.

A devoção e religiosidade de Diogo de Sousa encontrámos a seguinte curiosa referência:

«Imitou-os na devoção com os religiosos (de Figueiró dos V.^{os}, Carmelitas Descalços) Diogo de Sousa da villa das Pias, que para os agasalhar em sua casa fez hum aposento separado com oratorio e sacristia, para dizerem missa, com todo o asseo e perfeição e cella para dormirem. Tomando d'elle exemplo acompanhava os padres a pedir por aquelles montes hum netó seu, com grande gosto e alegria. E huma filha sua, mãe d'este mancebo, chamada Anna Teixeira, quando lhe diziam as creadas que tinham visto religiosos nossos na terra, logo os mandava chamar cheia de goso e alegria por lhe parecer que lhe fazia Deus muita mercê em levar-lhe a casa taes servos seus. Succedeu hum dia, que indo áquella villa huns padres, e sabendo que tinha ella em casa 2 frades de S. Francisco e hum clerigo, por não serem molestos trataram de irem para outra casa a passar a noite. Mas ella, tanto que teve noticia d'elles, os mandou logo chamar por pessoa, a quem não puderam perder o respeito. E depois de os ter em casa se mostrou muito queixosa de intentarem tirar-lhe a consolação, que recebia com ter por hospedes frades de N. Sn.^{ra} do Carmo: e os avantajou aos que já tinha no aposento. Pagou-lhe a Senhora as caridades, que tinha feito a seus filhos, com lhe apparecer á hora da morte, e aliviar-lhe as ancias d'ella com as esperanças da bemaventurança»¹.

Por êsse tempo vivia também nas Pias, pelo menos de vez em quando, o bacharel ou licenciado Manuel Godinho ao qual já aludimos. Pouco sabemos da sua carreira judicial, e até da sua ascendência, pois ainda no seu tempo o Desembargo do Paço não tinha começado com aqueles processos, tam valiosos sob o ponto de vista genealógico, conhecidos pela designação *Leitura de Bacharéis*. Entretanto podemos dizer que, em 6 de Abril de 1617, foi nomeado juiz de fora para Freixo de Espada à Cinta² e, em 1622, o *Livro dos acordos da câmara das Pias*, dizia-o juiz de fora em Leiria. Da sua familia sabemos que, em 27 de Setembro de 1630, foi passada carta de legitimação a Luís Godinho, seu filho e de Isabel Vaz mulher solteira. O licenciado alegava que não tinha outro herdeiro, ascendente nem descendente³. Foi, como já vimos, instituidor dumã

¹ *Crónica dos Carmelitas Descalços*, por fr. Belchior de Sant'Ana, tomo I, pag. 396.

² *Chancelaria de Filipe II*, liv. xli, fl. 117 v.

³ *Legitimações de Filipe III*, liv. xii, fl. 182.

capela e supomo-lo falecido antes de 1644, pois não encontramos o respectivo assento de óbito.

Em 24 de Fevereiro de 1641 foi passado a António Monteiro, natural do termo das Pias, filho de Pedro Simões, alvará de moço da câmara com a moradia e cevada ordinária, com a condição do número e da Índia¹.

Do Dr. Fernão de Álvares Temudo, que supomos das Menechas, sabemos que, em 3 de Junho de 1646, lhe foi feita mercê de 20 mil réis de pensão pela *diligência e cuidado* que teve em *dar principio à fábrica das ferrarias de Tomar e ao trabalho que teve na continuação da mesma obra até a pôr em estado de se poder fundir quantidade de ferro, fazendo para êsse efeito descobrir e beneficiar as minas que disse havia junto das próprias ferrarias sem levar salário algum da fazenda Rial*².

Já, em 27 de Janeiro de 1646, lhe tinha sido passada carta de hábito de Cristo e na mesma o respectivo alvará de profissão³.

Em 31 de Março de 1660 foi passada a Luís de Freitas, natural da vila das Pias, alvará dos foros de escudeiro-fidalgo e cavaleiro-fidalgo, com 15000 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, com a condição de ir à Índia, onde será armado cavaleiro⁴.

Os assentos de baptismos dizem-nos que, em 1648, servia de padrinho o licenciado Matias de Araújo, cujo processo de habilitação se não encontra, se é que pretendeu ou podia pretender os lugares de letras; em 1649, Manuel Pereira de Sousa, marido de Margarida de Almeida; no mesmo ano Fernão Sodré, de Águas Belas e ainda Luís Gonçalves Godinho; em 1650, de madrinha D. Mariana de Matos; em 1650, Simão Monteiro; em 1651, Bernardino de Sequeira; em 1653, Estácio de Sequeira Infante e, no mesmo ano, Estêvão de Araújo; em 1654 Pedro Gaspar, da quinta do Boim. Deviam ser evidentemente as primeiras pessoas da terra.

Muito de propósito deixámos para o fim três pessoas que supomos serem as principais: o capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves, Lucas de Sá e Mendonça e o sargento-mor Salvador Soares Cotrim. Manuel Godinho Gonçalves era filho do capitão Luís Gonçalves Godinho e neto portanto do licenciado Manuel Godinho.

¹ *Matrícula dos moradores da Casa Rial*, liv. I, fl. 2.

² *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. xxxv, fl. 10.

³ *Id.*, liv. xxiv, fl. 329 v e 330. Não há na *Leitura de Bacharéis* o seu processo de habilitação, nem na *Ordem de Cristo*.

⁴ *Matrícula dos moradores do Casal Rial*, liv. II, fl. 293 v.

Casou, em 12 de Março de 1664, com D. Teresa, filha de Manuel Esteves Cabral, de Condeixa e no mesmo dia se efectuou também o enlace de D. Joana Veloso sua irmã, com José Franco Cabral, irmão de sua esposa. Foi portanto uma dupla ligação de famílias. Se a sua era ilustre, não menos o era a de D. Teresa da Silva. Seu pai foi familiar do Santo Officio, por isso, em 1620, fez-se em Condeixa uma inquirição sobre Manuel Esteves, casado com Catarina de Carvalho (foi casado duas vezes), filho de António Esteves e de Isabel Agostinho; neto paterno de Estêvão Álvares e de Mónica Luís e neto materno de Agostinho Esteves e de Inês Mateus.

Da inquirição deduz-se ser Manuel Esteves capitão duma companhia, e o pai d'ele, chamado António Esteves, curtidor; que também foi curtidor Estêvão Álvares, avô do habilitando; que Agostinho Esteves era das pessoas principais da terra, Estêvão Álvares das pessoas principais, rico e abastado; e Agostinho Esteves *grangeava os seus moinhos*.

Em 1620 lhe foi passada carta de familiar¹.

Como é de prever Manuel Godinho Gonçalves vivia abastadamente, tendo os seus escravos, a um dos quais serviu em 1685, de padrinho a um filho, o Dr. João Franco de Oliveira, cunhado do capitão-mor, assim como Jacinto Pereira de Araújo, das Pias. Em 1687, foi o próprio João Franco de Oliveira, já então deputado do Santo Officio e bispo eleito de Angola, quem baptisou João, filho do illustre capitão-mor. Como se vê, bem elevada era a posição do seu novo compadre. Para ser official da Inquisição, em 4 de Fevereiro de 1663, requereu elle, declarando que seu pai se chamava Manuel Esteves Cabral e sua mãe D. Maria Franco da Silva, de Condeixa, donde também foram seus avós paternos: António Esteves Cabral e Isabel Agostinho. Os avós maternos foram: João Franco de Oliveira, natural de Vila Nova de Anços e Maria da Silva Serrão, natural da vila de Ega.

Dos ditos das testemunhas conclui-se que João Franco de Oliveira foi desembargador da relação eclesiástica de Coimbra: que o avô materno do habilitando foi escrivão em Ega e, por morte de sua mulher, ordenou-se, morrendo prior em Vila Nova de Anços.

Em Março de 1683, era nomeado João Franco de Oliveira promotor da Inquisição de Coimbra e em 26 de Maio de 1684 deputado da mesma Inquisição². Mas mais alto chegou na sua carreira eclesiástica.

¹ *Habilitações do Santo Officio*, M. 3, n.º 89.

² *Id.*, M. 18, n.º 453.

No tomo 1.º da colecção dos *Documentos e Memorias da Academia*, encontra-se o *Catalogo dos Bispos de Miranda*, feito por Fr. Fernando de Abreu e nele as seguintes referências a D. João Franco de Oliveira:

«Tinha sido bispo de Angola e arcebispo da Bahia, metropolitano de todo o estado do Brazil desde o ano de 1692 e tomou posse da Diocese de Miranda em o primeiro de Outubro de 1701. Faleceu em 2 de Agosto de 1715 na villa de Condeixa, d'onde era natural e ali jaz sepultado. Era irmão de José Franco Cabral, pae de João Cabral da Silva, fidalgo da Casa Real, ambos filhos de Manuel Esteves Cabral, que tambem tinha foro na Casa Real e de sua mulher D. Maria Franco da Silva, filha herdeira de João Franco de Oliveira, que depois de viuvo foi prior da igreja de Vila Nova de Ansoz. Neste prelado acabou o P.º Antonio Carvalho o catalogo dos bispos de Miranda».

Podemos ainda apontar, em face sempre dos respectivos assentos paroquiais, os seguintes compadres do nosso capitão-mór: em 1668 foi baptizado seu filho José, sendo padrinhos D. Josefa Franco, de Condeixa e seu irmão; em 1673, Bernardino, sendo padrinhos Bernardino de Sequeira e D. Mariana de Matos, avó do baptizado; em 1677, António, sendo padrinhos Baltasar de Almeida e sua irmã, D. Ana e, em 1687, já nos referimos ao baptizado de João.

De Lucas de Sá de Mendonça já tratamos quando o dissemos almozarife da comenda-mor de Dornes.

À sua familia, como a outras illustres do concelho de Ferreira, dedicaremos um capítulo especial. Agora diremos sómente que, em 25 de Agosto de 1661, faleceu sua espôsa, D. Maria Pimentel, e, em 1669, na sua quinta do Alqueidão, Catarina Garcez de Oliveira de quem Lucas de Sá herdou a quinta sobredita.

Vejamos finalmente o sargento-mor das Pias, Salvador Soares Cotrim.

Fac-simile de Salvador Soares Cotrim

Pelo assento respectivo sabemos que, em 24 de Junho de 1683, casou com Maria de Sousa, irmã de Manuel de Sousa Coelho, com licença do ouvidor fr. Pedro Vaz Cotrim.

Salvador Soares Cotrim nasceu em Tomar sendo baptisado na igreja da Colegiada de S. João Baptista a 25 de Dezembro de 1654. Aprendeu os rudimentos de Latim com seu tio Fr. Pedro Vaz Cotrim. Casou com D. Maria de Sousa de quem não teve filhos. «Foi ornado, de natural corpolencia, aspecto grave, trato urbano e genio primoroso. Falleceu no lugar do Becco a 27 de Maio de 1734 e jaz sepultado na Parochia de S.^{to} Aleixo. Compoz:

«Dous sonetos e hum romance endecasyllabo em louvor do P.^o Antonio de Carvalho; Descendencia de D. Gonçalo de Sousa alcaide-mór de Thomar fol. m. s. conserva-se em poder dos possuidores da quinta do Paço termo de Thomar e solar de seus antecessores; Geração dos Soares Cotrins com outros apelidos vinculados, fol. manuscrito volume grande; Familia dos Cotrins e Carvalhos do Becco, conserva-se em poder de Salvador Soares Cotrim sobrinho do auctor; Topographia da villa das Pias fol. manuscrito conserva-se em poder dos pussuidores da Quinta do Paço, termo de Thomar e solar dos seus antecessores; geração dos Soares Cotrins com outros apelidos vinculados, folio manuscrito, volume grande; Familia dos Cotrins e Carvalhos do Beco. Conserva-se em poder de Salvador Soares Cotrim, sobrinho do auctor; Topographia da villa das Pias, folio manuscrito, conserva-se em poder do dito sobrinho do auctor»¹.

!Manuscritos estes infelizmente perdidos ou talvez apenas ignorados!

¿Que acrescentaremos ao já escrito sobre o viver das familias do termo das Pias no século XVII? Por 1620 havia dois açougues, um nas Pias e outro nas Telhadas e abundavam os escravos, alguns dos quais pretos.

Bem poucas são as noticias que nos chegam da comenda das Gontijas sita neste termo.

Encontrámos uma consulta da Mesa da Consciência e Ordens², favorável a Gonçalves Rodrigues Caldeira, de 7 de Fevereiro de 1602, para de Roma se impetrar um breve a fim d'ele poder possuir a comenda das Gontijas, substituindo-se-lhe os serviços de África por dez anos que esteve na Índia, e ainda em 1578, 1579 e 1580. Em 1582 foi

¹ *Biblioteca Lusitana*, t. III, p. 670.

² *Registo de 1598 a 1603*, fl. 135 v.

como capitão duma viagem onde pelejou com os ingleses; foi na jornada de Inglaterra por capitão duma companhia, onde andou cinco meses; embarcou-se para a Índia na nau *S. Francisco*, a qual arribou ao Brasil e aí foi capitão duma armada onde gastou vinte meses.

Com efeito foi-lhe, em 11 de Abril de 1604, feita mercê da comenda das Gontijas¹. Temos de dar um grande salto para a ver, em 15 de Março de 1699, nas mãos de João de Mesquita da Silva².

O praso da Tôrre da Murta também, como é natural, foi passando por diferentes mãos.

Carvalho da Costa, ocupando-se dêste assunto, diz-nos que o quarto Senhor da Tôrre da Murta, Henrique Correia da Silva, casou com D. Luísa da Silva e não teve filhos e lhe sucedeu seu irmão Luís da Silva Correia, que foi quinto Senhor da Tôrre da Murta e casou com D. Violante Pereira, filha de Estêvão Ferreira da Gama, e de D. Mécia Pereira, e tiveram filhos, Paio Correia da Silva, Martim Correia da Silva, que não casou, e D. Joana da Silva, casada com seu parente Ambrósio Pereira Pestana, senhor do morgado da Lourinhã de que há descendência.

Paio Correia da Silva foi sexto Senhor da Tôrre da Murta, casou com D. Paula da Silva, filha do Dr. Simão Soares de Carvalho, do conselho de El-rei e seu desembargador do Paço, e tiveram filhos: Luís Correia da Silva, que hoje (*princípios do séc. XVIII*) é sétimo Senhor da Tôrre da Murta, padroeiro da igreja das religiosas de Santa Clara da vila do Torrão e chefe dos Correias da Silva, e a D. Joana da Silva casada com Mateus de Vasconcelos³.

Como se vê, Carvalho da Costa não enumera entre os senhores da Tôrre da Murta, Martim Correia da Silva, e todavia sabemos que, em 1638, foi inovado nele o prazo em três vidas, passando o fôro a ser de 14\$000 réis anuais, quando até aí eram 12\$000 réis. Em 1645 foi reformado o empraçamento por El-rei D. João IV e confirmado o que constava do empraçamento anterior⁴.

Também sabemos que, em 25 de Maio de 1679, foi passado alvará a D. Paula da Silva, viúva de Paio Correia da Silva, para poder desistir e renunciar em seu filho Luís Correia da Silva a posse dum lagar de azeite *junto à ponte da vila das Pias*, forcireiro à Mesa Mestral da Ordem de Cristo. O lagar era de duas pedras; D. Paula pa-

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. XIII, fl. 275 v.

² *Id.*, liv. LXXXVI, fl. 51.

³ *Corografia Portuguesa*, vol. III, p. 223.

⁴ *Chancelaria de D. João IV*, liv. ?, fl. 7 v.

gava 5\$000 réis por ano e o seu filho passou a pagar 6\$666 réis, no dia de S. João Baptista. O emprazamento foi assinado em 2 de Julho de 1680¹.

A acção directa dos senhores de Torre da Murta na política do tempo, não é fácil dizê-lo. Infelizmente os assentos paroquiais das Arcias perderam-se e a homonímia é para tais casos, um terrível inimigo. Apontaremos entretanto o apurado, não garantindo porém que, apesar dos mesmos nomes e apelidos, os factos fôsem praticados pelos senhores da Torre da Murta. Para se ver à evidência como temos razão é atentar por exemplo que, percorrendo os livros de *Ementas*, encontramos foros de fidalguia a Henrique Correia da Silva. Pois são pessoas diferentes: um filho de Luís da Silva e outro filho de António Correia da Silva!

Após a aclamação de D. João IV, Martim Correia da Silva foi, logo em Fevereiro de 1641, nomeado capitão e governador de Mazagão, mas, em Agosto de 1647, era já governador da Torre de S. Julião². Porventura não seria o mesmo, pois em 28 de Janeiro de 1641 tinha sido Martim Correia da Silva nomeado capitão-mor e alcaide-mor de Tavira³, parecendo demonstrar-se que dois indivíduos desses nomes coexistiram e se salientaram na guerra da aclamação.

Em 21 de Abril de 1657 foi recomendado ao Martim Correia, governador da Torre de S. Julião, para ir com a sua companhia sobre Olivença para a defender⁴. Em 20 de Julho de 1658 foi ordenado a Martim Correia que, por causa de 24 fragatas holandezas, pusesse toda a gente de Faro em ordem de defesa⁵.

Em 17 de Agosto de 1658 era encarregado de saber que socorros previnem os hespanhóis para desalojar o exército português de Badajoz⁶. Em 20 de Janeiro de 1659 foi dito a Martim Correia, governador do Algarve, que depois do socorro de Elvas, se deviam mandar marchar para o Algarve os têrços por êle pedidos⁷. Em 9 de Maio de 1659 foi-lhe determinado visitar pessoalmente as praças do Algarve, fazendo formar têrços de auxiliares e dar forma a toda a cavalaria da ordenança, procurando-lhe capitães. Também lhe é

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. LXI, fl. 389 v e liv. LXV, fl. 291 v.

² *Conselho de Guerra*, liv. VIII, fl. 35 v.

³ *Id.*, liv. II, fl. 26, v.

⁴ *Id.*, liv. XIX, fl. 25.

⁵ *Id.*, liv. XXII, fl. 31.

⁶ *Id.*, liv. XX, fl. 104 v.

⁷ *Id.*, liv. XXI, fl. 39.

pedido para fazer toda a diligência a fim de averiguar com certeza os movimentos do inimigo¹. Em 26 de Setembro de 1659 foi resolvido dizer a Martim Correia que tinha procedido bem, não fazendo certo descontar aos soldados algarvios que vieram às campanhas do Alentejo². Em 18 de Julho de 1660 foi determinado a Martim Correia da Silva, em vista dum officio de seu filho Francisco Correia da Silva, que nomeasse um ajudante pago para a cavalaria³.

Em 28 de Setembro de 1660 eram-lhe dadas providências por causa da falta de gente do têtço pago do reino do Algarve⁴. Em 16 de Novembro de 1660 foi determinado a Martim Correia para proceder à fortificação de Castro Marim⁵. Em 8 de Abril de 1661 foi-lhe ordenado que, em vez de dismantelar o forte de S. Lourenço no pôrto de Faro, o devia mandar reparar⁶. Em 2 de Julho de 1661 agradeceu-se-lhe o seu zêlo, fez-se referência à ida de Francisco Correia com 300 cavalos para o Alentejo, e pediu-se que fizesse prontamente marchar as carruagens com toda a diligência⁷. Em 23 de Julho de 1661 agradeceu-se-lhe o cuidado em mandar as carruagens para o exército do Alentejo⁸. Em 15 de Junho de 1662 foi-lhe determinado que convinha pôr a fortificação de Faro em defesa⁹. Em 17 de Junho de 1662 foi-lhe agradecido a diligência e cuidado com que fez seguir o têtço do Algarve para o Alentejo¹⁰.

Como se vê não foram pequenos os seus serviços à causa da independência da pátria, talvez em detrimento da prosperidade agrícola da Torre da Murta, entregue a caseiros e a rendeiros que só tratariam de a explorar.

(*Continua*).

ANTÓNIO BAIÃO.

«Nous devons étudier notre passé, pour nous connaître nous-mêmes, car nous sommes le produit de ce passé.

TH. ZIELINSKI, *Le monde antique et nous* (trad. fr.), Paris 1909, p. 77.

¹ *Conselho de Guerra*, liv. XXI, fl. 65.

² *Id.*, liv. XXIV, fl. 7 v.

³ *Id.*, liv. XXII, fl. 133.

⁴ *Id.*, liv. XXIV, fl. 49.

⁵ *Id.*, liv. XXIII, fl. 76.

⁶ *Id.*, liv. XXIII, fl. 116.

⁷ *Id.*, liv. XXIV, fl. 105.

⁸ *Id.*, liv. XXIII, fl. 147.

⁹ *Id.*, liv. XXV, fl. 31 v.

¹⁰ *Id.*, liv. XXVI, fl. 61.